

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.920 - MT
(2019/0193996-5)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : LOUREIRO E MONTEIRO LTDA
ADVOGADO : RODOLFO CESAR VASCONCELLOS MOREIRA - MT008719
EMBARGADO : OI S.A
ADVOGADOS : ELADIO MIRANDA LIMA - RJ086235
RENATA MARINHO MACEDO - RJ104613
PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL - RJ159485
ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD - MT014099

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por LOUREIRO E MONTEIRO LTDA, à decisão de fls. 956/957, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Ocorre, D. Ministro, que o Recurso Especial não é intempestivo, uma vez que, diversamente daquilo que foi lançado na decisão monocrática, na verdade, o patrono da Recorrente foi intimado do acórdão recorrido em 22/01/2019 (terça-feira), conforme pode ser facilmente observado pelo DJe nº 10418, cuja cópia foi devidamente anexada aos autos (e-STJ fl. 917), razão pela qual o recurso foi protocolizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, em 12/02/2019 (terça-feira).

Sabe-se, que com o advento da novel lei nº 11.419/2006 - Art. 4º, § 3º e 4º, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico e os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação (fl. 960).

Logo, como o acórdão recorrido foi disponibilizado no DJe nº 10418 (e-STJ fl. 917), do dia 21/01/2019 (segunda-feira), considera-se como publicado em 22/01/2019 (terça-feira) e o prazo recursal, via de consequência, iniciou em 23/01/2019 (quarta-feira), sendo o Recurso Especial protocolizado no dia 12/02/2019 (terça-feira) tempestivo, uma vez que interposto dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Ora, constata-se que V. Excelência foi induzido em erro ao considerar como a data da publicação o dia 21/01/2019 (segunda-feira), quando, na verdade, foi o dia da disponibilização do v. acórdão no DJe nº 10418 (e-STJ fl. 917), o que possivelmente ocorreu pelo que foi equivocadamente certificado pela Diretora da Primeira Câmara de Direito Privado do TJMT (e-STJ fl. 906), que posteriormente, inclusive, foi corrigido pela referida servidora ao certificar a tempestividade do Recurso Especial (e-STJ fl. 907) (fl. 961).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

Superior Tribunal de Justiça

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Em sentido contrário ao alegado pela parte, nos autos há apenas a certidão de fl. 906, atestando a publicação ocorrida em 21/01/2019. Ou seja, não há nenhum documento do tribunal de origem certificando o alegado pela parte.

Cabia ao agravante fazer prova de sua alegação, por meio de certidão expedida pelo Tribunal, em que constaria a publicação supostamente equivocada. Se assim não fez, não há como acolher a sua alegação. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1329622/RJ, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018; AgInt no AREsp 389.942/AM, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/03/2018)

Além disso, como já ressaltado, a tempestividade deve ser provada por documento idôneo. Dessa forma, cópia do diário de justiça, como o juntado pela parte (fl. 917), não tem o condão de tornar inválida certidão dos autos, expedida pelo tribunal de origem, que tem fé pública.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO APÓS O PRAZO LEGAL.

INTEMPESTIVIDADE. CERTIDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE ATESTA A DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FÉ PÚBLICA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgou recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. A Corte Especial do STJ pacificou o entendimento no sentido de que a existência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense há de ser demonstrada por documento oficial ou certidão, expedida pelo Tribunal de origem, que afirme o período no qual ocorreu um desses fatos (STJ, EREsp 884.009/RJ, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

CASTRO MEIRA, Rel. p/ acórdão Ministro ARI PARGENDLER, CORTE ESPECIAL, DJe de 11/04/2014).

III. Na forma da jurisprudência, "a comprovação da tempestividade do recurso, em decorrência de feriado local ou suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final pode ocorrer posteriormente, em sede de Agravo Regimental" (STJ, AgRg no AREsp 137.141/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, CORTE ESPECIAL, DJe de 15/10/2012).

IV. É firme o entendimento desta Corte no sentido de que "a cópia do Diário de Justiça, juntado pela parte, não tem o condão de tornar inválida certidão dos autos, expedida pelo Tribunal de origem, que tem fé pública" (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 881.315/MG, Rel.

Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/11/2016), tal como ocorreu, in casu. No mesmo sentido: STJ, AgInt no AREsp 910.544/PB, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/04/2017; AgRg no AREsp 804.894/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 28/03/2017; AgRg no Ag 1.113.107/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 03/08/2011.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1020714/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

